




SIQUIRJ INFORMA

Nº 195

Jan/2018

Siquirj: Assessora, Informa e Representa.

Editorial: 2018 será um bom ano.

Depois de dois anos de recessão e um 2017 de lenta recuperação, acreditamos que a solução dos problemas brasileiros evoluirá de forma consistente em 2018.

As incertezas ficam na conta do resultado das eleições e a aprovação das reformas econômicas, em particular a reforma da previdência.

As causas do déficit previdenciário foram pesquisadas e ficou demonstrado que o principal problema são as aposentadorias especiais dos funcionários do governo - executivo, legislativo e judiciário - que devem ter suas regras alteradas, para reduzir o déficit das contas públicas e também contribuir, no longo prazo, para melhoria da distribuição de renda da sociedade brasileira.

No pior cenário, os políticos espertos não querem o desgaste de aprovar estas medidas duras no ano de eleições. Por outro lado, o Executivo - impopular e sem sustentação política - ficou refém de uns 50 deputados que só cuidam dos seus interesses imediatos, focados na renovação dos respectivos mandatos.

Ainda assim, pensamos que alguma mudança será aprovada em 2018. A partir do rebaixamento da nota do Brasil por agências internacionais, ficou um alerta para os nossos parlamentares pararem de atrapalhar - quem votar a favor de medidas para diminuir o déficit público será melhor avaliado pelos eleitores mais esclarecidos.

Um ano eleitoral é sempre turbulento, mas o consumo continuará crescendo devido ao corte dos juros e à queda da inflação.

O Setor de Petróleo será acionado - via leilões, para reforçar o caixa e reduzir o déficit fiscal - o que favorece a indústria química do estado do Rio de Janeiro; o agronegócio continuará dando alegria porque a expansão global anima os mercados, o FMI estima que o PIB mundial deve crescer em torno de 3,7%, carregado pelo crescimento dos países emergentes, como Índia e China. Na Europa, o cenário é positivo e a retomada dos investimentos nos EUA amplia ainda mais a liquidez internacional, ou seja, haverá recursos para serem investidos no Brasil, caso nós façamos o dever de casa.

No lado sombrio de 2018 está a recuperação do setor da Construção Civil que a reduziria, em muito, o número de desempregados. Entendemos que o pior ficou para trás, muitos brasileiros não sentem uma melhora efetiva no mercado de trabalho porque a grande maioria dos postos criados recentemente foram vagas informais, mas o viés é de melhoria, não há expectativas que a oferta de empregos se reduza, menos mal desta forma.

No cenário político-institucional, confirmaram uma condenação emblemática e as ruas ficaram calmas, não houve a luta esperada por alguns partidos políticos.

É vida que segue, vamos trabalhar!

A decisão do TRF-4 - e as suas consequências jurídicas e políticas - também consolidam a nossa recuperação econômica, na medida em que consolidam a percepção dos agentes econômicos de maior segurança regulatória, o que resulta em mais ímpeto para investir e correr riscos.

A sociedade brasileira vem superando sucessivas crises político-institucionais com serenidade e demonstra uma evolução civilizatória que consolida a nossa democracia e favorece o crescimento econômico-social.

2018 será um bom ano.

MCTIC lança publicações do Projeto Opções de Mitigação para orientar políticas públicas relacionadas ao clima

O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) lançou, no dia 24 de janeiro, as publicações do projeto Opções de Mitigação de Emissões de Gases do Efeito Estufa em Setores-Chave no Brasil. Na ocasião também foi apresentado o estudo "Trajetórias de mitigação e instrumentos de políticas públicas para o alcance das metas brasileiras no Acordo de Paris", que fornece informações para subsidiar a formulação e aplicação de políticas públicas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE), considerando indicadores sociais e econômicos.

O projeto Opções de Mitigação de Emissões de Gases do Efeito Estufa em Setores-Chave no Brasil é uma iniciativa do MCTIC que contou com recursos do Global Environment Facility (GEF) e parceria com a ONU Meio Ambiente com a finalidade de auxiliar a tomada de decisão sobre ações que potencialmente reduzam emissões de GEE nos setores chave da economia brasileira: indústria, energia, transportes, domicílios e serviços, AFOLU (agricultura, florestas, e outros usos do solo), gestão de resíduos e outras alternativas intersetoriais.

O projeto, que possui uma equipe técnica de 98 pesquisadores, teve seu período de execução entre maio de 2013 e janeiro de 2018. Dentre as análises feitas pelo projeto estão: custos e potenciais das opções de mitigação, análise setoriais e análise dos possíveis impactos econômicos da implementação de políticas de baixo carbono.

Acesse <https://goo.gl/iJAFe9> para fazer o download do estudo "Trajetórias de mitigação e instrumentos de políticas públicas para o alcance das metas brasileiras no Acordo de Paris".

Fonte: Abiquim Informa

Após três anos de queda, déficit em produtos químicos avança 6,5% em 2017 e totaliza US\$ 23,4 bilhões

O Brasil importou US\$ 37,2 bilhões em produtos químicos em 2017, valor pago pela aquisição de mais de 43,1 milhões de toneladas entre as diversas mercadorias acompanhadas pela Abiquim no âmbito da balança comercial setorial. O déficit na balança comercial de produtos químicos totalizou US\$ 23,4 bilhões em 2017, fato que reverteu a série de três anos consecutivos de reduções pela qual o indicador passava (em 2014, de US\$ 31,2 bilhões; em 2015, de US\$ 25,4 bilhões; e em 2016, de US\$ 22,0 bilhões).

Na comparação com os resultados de 2016, houve um aumento de 8,8% no valor monetário das importações, já as quantidades físicas adquiridas foram 14,9% superiores. Os principais fatores que levaram a esse aumento do déficit em produtos químicos se destacam: a retomada da atividade econômica nacional, a safra de grãos recorde e a ausência de investimentos produtivos, que pudessem suprir essa nova demanda com o incremento da produção nacional.

Em termos históricos, as quantidades importadas em 2017 são as maiores de todos os tempos. Quando comparadas com as 37,5 milhões de toneladas de 2013, ano em que foi registrado o maior déficit no histórico da balança comercial de produtos químicos, de US\$ 32,0 bilhões, observa-se um aumento de 15%, gerado pelo crescimento na importação de produtos químicos para o agronegócio, que poderiam ser fabricados no País. Entre os grupos acompanhados, os intermediários para fertilizantes foram o principal item da pauta de importação do setor com compras de mais de US\$ 6,4 bilhões, em 2017, equivalentes a 60,7% (26,2 milhões de toneladas) das 43,1 milhões de toneladas em compras externas de produtos químicos.

As exportações brasileiras de produtos químicos, por sua vez, de US\$ 13,7 bilhões, em 2017, aumentaram 13,0% na comparação com o ano anterior, com movimentação de 16,5 milhões de toneladas para os mais diversos mercados de destino. As resinas termoplásticas, com vendas externas de US\$ 2,3 bilhões, foram os produtos químicos mais exportados, não obstante redução de 2,6% nas quantidades exportadas desses produtos na comparação com 2016.

Avaliando-se as trocas comerciais com os principais blocos econômicos regionais, em 2017, o Brasil foi superavitário apenas em relação aos países vizinhos e históricos parceiros comerciais, do Mercosul e da Associação Latino Americana de Integração – Aladi, respectivamente saldos comerciais de US\$ 911 milhões e de US\$ 829 milhões. Entretanto, foram novamente registrados resultados estruturais negativos expressivos em relação à União Europeia e ao Nafta (América do Norte), que somados ultrapassaram um déficit agregado de US\$ 13,7 bilhões, além de um crescente desbalanceamento de 6,5% ao ano com a Ásia (déficit se amplia de US\$ 4,3 bilhões em 2010 para US\$ 6,7 bilhões em 2017).

Para o presidente-executivo da Abiquim, Fernando Figueiredo, apesar da importância do agronegócio e da extração mineral para garantir divisas aos compromissos financeiros externos nacionais, o Brasil não pode planejar o futuro da nação com base na exportação de commodities primárias, fortemente sujeitas a variações substanciais de preços no mercado internacional. “É imperativo gerar empregos e renda com agregação de valor às riquezas naturais brasileiras em território nacional. Não se pode conceber como excelentes projetos de investimento de fertilizantes e de intermediários químicos como metanol, entre outros que usam o gás natural como matéria-prima, por exemplo, se efetivem em diversos países que não dispõem de reversas comparáveis às brasileiras, mas que possuem políticas públicas asseguradoras dessa produção local. Exportar bens primários para importar transformados de alto valor agregado não é uma estratégia condizente aos desafios e às oportunidades que se observam para os próximos anos e muito menos ao próprio tamanho do Brasil no mundo”, destaca Figueiredo.

Fonte: Abiquim Informa

Indústria da transformação é a mais impactada pela alta carga tributária

Alta complexidade, desestímulo ao investimento e pouca competitividade, tanto no mercado interno quanto no externo, é a realidade enfrentada pelos empresários fluminenses com a atual carga tributária brasileira, que saltou de 25% do PIB em 1996 para 32% em 2016, segundo nota técnica do Sistema Firjan.

A indústria de transformação é uma das mais afetadas pela alta carga tributária, com 44,8% de toda a produção sendo destinada ao pagamento de impostos. Em seguida, os serviços industriais de utilidade pública registram 40,2%. Na outra ponta, estão setores como construção civil, que registrou total de tributos de 13,9% e as atividades agrícola e extrativista, com 6,7%.

O imposto com maior impacto para as empresas, o ICMS, representa 27,9% do total de tributos pagos. Esse percentual cresce para 36,3% do volume arrecadado quando se analisa somente a indústria de transformação.

Na esfera federal, contribuições previdenciárias, o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) respondem, aproximadamente, por um terço do total de impostos. Já o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que incidem sobre o lucro, apresentaram menor arrecadação na indústria de transformação.

Acesse na íntegra a nota técnica Carga tributária brasileira por setores em <https://goo.gl/tgvDGt>

Fonte: Sistema Firjan

Consumidor inicia 2018 mais confiante

O Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (INEC) inicia o ano de 2018 indicando aumento na confiança do consumidor. O INEC registra crescimento de 2,4% na passagem de dezembro de 2017 para janeiro de 2018. Apesar deste aumento, o INEC de janeiro ainda encontra-se 0,9% abaixo do registrado no mesmo mês de 2017 e 4,7% abaixo de sua média histórica, 108 pontos.

A maioria dos indicadores que compõem o INEC registra crescimento em janeiro frente a dezembro, exceção feita ao índice de compras de bens de maior valor. Destacam-se os índices relacionados Consumidor inicia 2018 mais confiante às expectativas dos consumidores. Na comparação mensal, o índice de expectativa de desemprego aumenta 6%; o de expectativa da própria renda cresce 5,3%; e o de inflação, 4%. Ou seja, os consumidores estão mais otimistas com relação ao desemprego, renda e também com a evolução dos preços.

Já na comparação com janeiro de 2017, a maior parte dos índices mostra queda: os maiores recuos são o do índice de expectativa de renda (5%) e o de endividamento (4%). A queda do índice de endividamento reflete um aumento das dívidas das famílias nessa comparação.

Acesse a página <https://goo.gl/mH2m9z> para conhecer todos os detalhes da pesquisa.

Fonte: CNI

Siquirj

Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para Fins Industriais do Estado do Rio de Janeiro

Filiado à FIRJAN

Av. Calógeras, nº 15 - 12º andar
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20030-070
Tel.: (21) 2220-8424
e-mail: siquirj@siquirj.com.br
home page: www.siquirj.com.br

Diretoria - 2016/2020

Diretoria

Isaac Plachta (Presidente)
Marjorie Arias (Vice-presidente)
Nicolau Pires Lages (Secretário)
Paul Antoine Maron Gédéon (Tesoureiro)

Suplentes

Ciro Alves
Wagner Sá
Jorge Luiz Cruz Monteiro

Conselho Fiscal

Efetivos
Carlos Roberto da Silva
Nélio Augusto Manhães Rodrigues
Roberto Pinho Dias Garcia

Suplentes

Antonio Emilio Simões Meireles
Ronaldo Valle Monteiro
Ubiratan Sá

Delegados Representantes junto à Firjan

Efetivos
Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
Carlos Mariani Bittencourt
Suplentes
Isaac Plachta
Roberto Pinho Dias Garcia